



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 2576723 - CE (2024/0064554-2)

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE : CENTRAL EOLICA SAO RAIMUNDO S.A.
ADVOGADOS : LEONARDO BRAZ DE CARVALHO - MG076653
DANIEL DINIZ MANUCCI - MG086414
RENATA APARECIDA CHACARA RODRIGUES - MG109113
LUIZA MAFFRA AMARAL GALANTINI - MG162125
AGRAVADO : RAIMUNDO PEDRO DA SILVA
AGRAVADO : MARIA AUXILIADORA DA SILVA
ADVOGADOS : GIORDANO BRUNO FERREIRA DA SILVA - RN011934
BARBARA ALEXSANDRA FERREIRA DA SILVA - CE021494B
INTERES. : ALIANCA GERACAO DE ENERGIA S.A.

DECISÃO

Trata-se de Agravo de decisão que inadmitiu Recurso Especial (art. 105, III, "a", da Constituição) interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará assim ementado (fl. 227):

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE CONTRATUAL C/C INDENIZATÓRIA. EXTINÇÃO DO FEITO POR PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA. PRETENSÃO DE REFORMA. SENTENÇA FUNDAMENTADA NA LEGISLAÇÃO CIVIL. HIPÓTESE EM QUE SE DISCUTE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA. REGIME JURÍDICO ESPECÍFICO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRAZO NÃO DECORRIDO. SENTENÇA DESCONSTITUÍDA.

1. Trata-se de Apelação Cível, interposta em face de sentença prolatada pelo Juízo da Vara Única da Comarca de Icapuí que, nos autos da Ação Declaratória de Nulidade Contratual c/c Indenização por Danos Materiais e Morais, extinguiu o feito com fundamento na decadência e na prescrição (art. 487, II, CPC).

2. Do exame dos autos, observa-se que as partes centram sua argumentação na legislação civil, igualmente usada pelo juízo de origem para fundamentar seu pronunciamento.

3. Sucede que, a despeito da natureza privada das partes, tem-se em discussão uma servidão administrativa, o que implica a incidência de regime jurídico específico.

4. Em matéria de prescrição, a partir de uma leitura conjunta do art. 10 do DL 3.365/1941 e do art. 1º do Decreto 20.910/1932, o Superior Tribunal de Justiça e esta Eg. Corte assentaram a adoção de prazo quinquenal em matéria de restrição administrativa à propriedade.

5. No caso em tela, dado que a servidão constitui-se para as partes em 18 de fevereiro de 2016, com a assinatura do instrumento de fl. 188, o termo final para impugnações é 18 de fevereiro de 2021. Desse modo, considerando que a ação foi

proposta em 16 de fevereiro de 2021, resta reconhecer que a demanda não está fulminada pela decurso do tempo.

6. Sentença desconstituída, ainda que sob bases jurídicas diversas daquelas deduzidas pelos recorrentes.

Sustenta a agravante, em Recurso Especial, violação do art. 178, II, do Código Civil. Em síntese, aduz (fl. 246):

(...) imperioso ressaltar que o regramento utilizado pelo Tribunal de origem para desconstituir de ofício a decadência prevista no art. 178, II do Código Civil, foi a aplicação do art. 10 do DL 3.365/1941 art. 1º do Decreto 20.910/1932, que dispõem sobre a prescrição quinquenal aplicável às dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza.

Portanto, denota-se que os regramentos acima mencionados, são aplicáveis somente à Administração Pública Direta, isto é, União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Dessa forma, inaplicável ao presente caso a prescrição quinquenal tal como proferida pelo Tribunal de origem, uma vez que a empresa Recorrente (CENTRAL EOLICA SÃO RAIMUNDO S.A, CNPJ 10.408.112/0001-30) é uma empresa privada, concessionária de serviço público.

Não apresentadas contrarrazões.

O juízo de admissibilidade negativo (fls. 259-264) deu ensejo à interposição do presente Agravo.

O Ministério Público Federal manifestou-se por meio de parecer assim ementado (fl. 296):

ADMINISTRATIVO. SERVIDÃO ADMINISTRATIVA. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INCIDÊNCIA. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. CARÊNCIA. SÚMULA N.º 182/STJ. SÚMULAN.º 83/STJ. MANUTENÇÃO.

1. Não se conhece do agravo que não impugna especificamente os fundamentos da decisão agravada (CPC, art. 932, III e Súmula n.º 182/STJ).

2. Em caso de inadmissão do recurso especial com base na Súmula n.º 83/STJ, a impugnação deve demonstrar que os precedentes indicados são inaplicáveis ou colacionar julgados do STJ contemporâneos ou supervenientes aos mencionados na decisão agravada, o que não ocorreu.

Parecer pelo não conhecimento do agravo em recurso especial.

É o relatório.

Decido.

Os autos ingressaram neste Gabinete em 4.6.2024.

Inicialmente, cabe ressaltar que o Presidente ou Vice-presidente do Tribunal de origem pode julgar a admissibilidade do Recurso Especial e negar-lhe seguimento, caso a pretensão da parte recorrente encontre óbice em alguma Súmula do Superior Tribunal de Justiça, sem que haja violação à competência desta Corte.

Como se sabe, na precisa lição de Cândido Rangel Dinamarco (Teoria Geral do Novo Processo Civil, ed. Malheiros, pag. 214), "o recurso extraordinário e o recurso especial têm admissibilidade restrita no sistema processual-constitucional brasileiro, sendo sujeitos a severos pressupostos especiais de admissibilidade, aos quais os demais

recursos não são".

Nas razões do Agravo, verifica-se que a parte não trouxe precedentes específicos e atuais deste Tribunal Superior a respeito do prazo prescricional para hipóteses em que se discute servidão administrativa, de modo a refutar a fundamentação apresentada pela Corte estadual, o que é imprescindível quando se deseja atacar a aplicação da Súmula 83 do Superior Tribunal de Justiça. Cumpre destacar que a referida orientação é aplicável também aos Recursos interpostos pela alínea "a" do art. 105, III, da Constituição Federal de 1988.

Portanto, incide na espécie a Súmula 83 do STJ, visto que ela não está "condicionada à existência de precedente submetido à sistemática dos recursos repetitivos, bastando a demonstração de que o acórdão recorrido está no mesmo sentido da jurisprudência consolidada desta Corte".

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 1.021, § 1º, DO CPC/2015. SÚMULA 83 DO STJ. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ.

1. Nos termos do art. 1.021, § 1º, do CPC/2015, cabe à parte agravante, na petição do seu agravo interno, impugnar especificamente os fundamentos da decisão combatida, o que, na hipótese dos autos, não foi atendido.

2. Em relação à incidência da Súmula 83/STJ, caberia às partes recorrentes apresentar julgados supervenientes ou contemporâneos aos precedentes utilizados na decisão agravada, de modo a demonstrar que a matéria não seria pacífica ou que estaria superada. Precedentes.

3. A aplicação da Súmula 83/STJ não está condicionada à existência de precedente submetido à sistemática dos recursos repetitivos, bastando a demonstração de que o acórdão recorrido está no mesmo sentido da jurisprudência consolidada desta Corte. Precedente.

4. Incidência da Súmula 182/STJ: "É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada." 5. Agravo interno não conhecido. (AgInt no AREsp 1.030.666/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe 30/5/2019)

O descumprimento dessa exigência conduz ao não conhecimento do Agravo ante a incidência, por analogia, da Súmula 182 do STJ.

Nessa esteira:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 182/STJ. INCIDÊNCIA. OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. AUSÊNCIA. ACÓRDÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. APLICAÇÃO DO ART. 253, PARÁGRAFO ÚNICO, II, B, DO RISTJ. POSSIBILIDADE.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça entende ser necessária a impugnação dos fundamentos da decisão denegatória da subida do recurso especial para que se conheça do respectivo agravo.

2. Como registrado na primeira oportunidade, a parte agravante não infirma especificamente a incidência do óbice da Súmula 83/STJ. Logo, a Súmula 182 desta Corte foi corretamente aplicada ao caso.

3. Inadmitido o recurso especial com base na Súmula 83 do STJ, incumbiria à parte interessada apontar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão impugnada, procedendo ao cotejo analítico

entre eles. Precedentes.

4. Inexiste contrariedade ao art. 1.022, II, do CPC/2015 quando a Corte de origem decide clara e fundamentadamente todas as questões postas a seu exame. Ademais, não se deve confundir decisão contrária aos interesses da parte com ausência de prestação jurisdicional.

5. A questão ora controvertida - inexistência de contrariedade ao art. 1.022, II, do CPC/2015 quando a Corte de origem decide todas as questões postas a seu exame - possui entendimento sedimentado nesta Corte, fato esse que autoriza a apreciação monocrática do apelo, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, bem como da Súmula 568/STJ ("O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema").

6. "A alegada existência de omissão no acórdão do Tribunal de origem (violação do art. 535 do CPC/1973 atual 1.022 do CPC/2015) pode ser apreciada monocraticamente nesta Corte Superior, tanto pela negativa quanto pelo provimento do recurso, por preencher as exigências constantes no art. 932 do CPC/2015" (AgInt no REsp 1.274.568/MG, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 19/4/2018).

7. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1.322.384/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe 11/3/2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO COMBATIDA. ART. 932, III, DO CPC/2015. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83 DO STJ.

1. Hipótese de agravo interno manejado contra decisão que não conheceu do agravo em recurso especial, com fundamento na ausência de impugnação específica à decisão agravada.

2. Sendo o recurso inadmitido com fundamento na Súmula 83/STJ, caberia ao agravante indicar julgados atuais deste Tribunal sobre a matéria, a fim de demonstrar que a orientação desta Corte é diversa da adotada pelo Tribunal local ou que não se encontra pacificada. Poderia ainda, se fosse o caso, demonstrar a existência de distinção do caso tratado nos autos. Precedentes.

3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1.297.703/MS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe 28/6/2019)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS. URV. APLICAÇÃO DA LEI 8.880/1994. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA 85/STJ. DEFASAGEM NOS VENCIMENTOS. APURAÇÃO DO EFETIVO PREJUÍZO EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. SÚMULA 83/STJ.

1. Com efeito, quando do julgamento do REsp 1.101.726/SP, sob o regime dos recursos repetitivos, o STJ decidiu no sentido de que é obrigatória a observância, pelos Estados e Municípios, dos critérios previstos na Lei Federal 8.880/1994 para a conversão em URV dos vencimentos e dos proventos de seus servidores, considerando que, nos termos do artigo 22, VI, da Constituição Federal, é competência privativa da União legislar sobre o sistema monetário (STJ, REsp 1.101.726/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 14/8/2009)

2. Assim sendo, não se constata afronta ao art. 1º do Decreto 20.910/1932, quanto à ocorrência da prescrição do fundo de direito, pois o acórdão vergastado encontra-se alinhado ao entendimento proferido pelo STJ, no sentido de que, nas ações em que se pretende o recebimento de diferenças salariais decorrentes da conversão em URV, não ocorre a prescrição do fundo de direito, aplicando-se ao

caso a Súmula 85/STJ, pois caracterizada a relação de trato sucessivo.

3. Outrossim, o acórdão impugnado está em consonância com jurisprudência do STJ de que eventual prejuízo remuneratório decorrente da conversão equivocada da moeda deve ser apurada em liquidação de sentença.

4. Incide, in casu, o princípio estabelecido na Súmula 83/STJ: "Não se conhece do Recurso Especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida".

5. Ressalta-se que o referido verbete sumular aplica-se aos Recursos Especiais interpostos tanto pela alínea "a" quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional. Nesse sentido: REsp 1.186.889/DF, Segunda Turma, Relator Ministro Castro Meira, DJe de 2.6.2010.

6. Recurso Especial não conhecido. (REsp 1.814.798/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 17/6/2019)

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DO FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. ARTIGO 1.021, § 1º, DO CPC/2015. SÚMULA 182 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO.

1. O agravante não infirmou, de forma incisiva e específica, o fundamento da decisão que inadmitiu seu recurso especial.

2. É dever do agravante demonstrar o desacerto do Magistrado ao fundamentar a decisão impugnada, atacando especificamente e em sua totalidade o seu conteúdo, nos termos do artigo 1.021, § 1º, do CPC/2015, o que não ocorreu na espécie, uma vez que as razões apresentadas contra a decisão de inadmissibilidade do recurso especial têm conteúdo genérico.

3. A impugnação ao fundamento da Súmula 83/STJ dever ser pormenorizada, contendo precedentes contemporâneos e supervenientes à decisão vergastada, o que não ocorreu na espécie.

4. Ademais, a inobservância dessa exigência conduz ao não conhecimento do recurso de agravo, ante a incidência, por analogia, da Súmula 182 do Superior Tribunal de Justiça.

5. Agravo interno não conhecido. (AgInt no AREsp 1.003.467/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 13/3/2017)

Diante do exposto, não conheço Agravo em Recurso Especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2024.

Ministro Herman Benjamin

Relator